



Presidente Salvador Malheiro (PSD) e a oposição do PS juntos na contestação

Ovar admite tribunal para não entrar na saúde de Aveiro

Câmara equaciona recorrer à justiça se o Ministério não colocar os seus utentes nos hospitais da Feira, Gaia e Porto

CRÍTICAS A Câmara de Ovar quer que o Governo reverta a afetação dos seus municípios à futura Unidade Local de Saúde (ULS) de Aveiro ou formalize a sua referência a Norte, caso contrário, disse ontem o executivo, equaciona “agir judicialmente”.

Anunciada numa conferência de imprensa em que participaram elementos da maioria social-democrata da autarquia e também os vereadores socialistas, essa posição expressa o desagrado “unânime” do executivo quanto ao anúncio de que os 55 mil utentes do conselho de Ovar passarão em janeiro a ser referenciados para hospitais de Aveiro e Coimbra, a distâncias de 50 a 100 quilómetros do município, em vez de continuarem a ser atendidos nas unidades hospitalares de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia e Porto, que distam 10 a 50 quilómetros.

“Sabemos que esta decisão vai ser tomada no próximo Conselho de Ministros e já enviámos um ofício ao Ministério da Saúde a mostrar o nosso desagrado sobre tudo isto. Temos

aqui a esperança de que o Governo, que é o único responsável por esta decisão, a reverta, caso contrário está já decidido que a Câmara não vai aceitar a transferência de competências no âmbito da saúde”, afirmou o presidente da autarquia, Salvador Malheiro.

Se as reivindicações de Ovar não forem atendidas, há duas outras consequências: “Todas as relações institucionais que têm sido muito profícuas para ambas as partes estarão postas em causa, e não pomos de parte a possibilidade de agir judicialmente contra o Governo, para que esta decisão, tal

como nos é apresentada hoje, possa ser impedida”.

PS DE ACORDO

A postura da Câmara deve-se ao que Malheiro diz ser o “incumprimento” do ministro da Saúde, Manuel Pizarro, quanto a compromissos assumidos em reunião presencial, nomeadamente o de que, mesmo não sendo possível travar a colocação das unidades de saúde de Ovar sob gestão da ULS de Aveiro, ficaria “por escrito, em decreto-lei, que, ao nível hospitalar, a referência dos utentes de Ovar seria para Norte”, isto é, para Feira, Gaia e Porto.

O vereador socialista Alcides Alves concorda que é preciso corrigir a situação. “Estamos a pedir para o nosso primeiro-ministro se sensibilizar para este problema porque o ministro da Saúde disse-nos que era contra a integração de Ovar na ULS de Aveiro e, se isso se concretizar, é uma deslealdade institucional”, afirmou Alcides Alves.

O JN pediu uma reação ao Ministério da Saúde, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição. ●

DISCURSO DIRETO

Salvador Malheiro
Presidente da Câmara de Ovar

“Ou o Governo reverte esta decisão ou a Câmara de Ovar não vai aceitar a transferência de competências no âmbito da saúde”

Famalicão vai construir 81 casas para quem vive em situação precária

Fogos de várias tipologias distribuídos pelas freguesias de Landim, Fradelos, Gondifelos, Delães e Castelões

Alexandra Lopes
locais@jn.pt

HABITAÇÃO A Câmara de Famalicão vai mandar construir 81 habitações para as pessoas que vivem em más condições e não tenham capacidade financeira para custear uma casa adequada. A Estratégia Local de Habitação identificou 1481 famílias a viver em situação precária, seja por insalubridade, sobrelocação ou precariedade.

Para responder a estas necessidades, além da construção de 81 casas através de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA), o município adquiriu 11 casas para reabilitar e arrendar a preços acessíveis, quer construir em terrenos da Câmara e está à procura de habitações que possa subarrendar aos agregados com necessidades.

MAIS T2 E T3

No âmbito desta OPA, que foi lançada em março, serão construídas fogos de várias tipologias: 37 T2, 35 com tipologia T3, seis T4 e três T1. Estes fogos serão distribuídos por várias freguesias do concelho de Famalicão, nomeadamente em Landim, Fradelos, Gondifelos, Delães e Castelões.

Falta agora a aprovação do Tribunal de Contas e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e depois disto a construção deverá demorar pouco mais de um ano. As casas serão entregues às famílias já identificadas para arrendamento apoiado.

“Haverá a preocupação de aproximar os agregados à freguesia de residência”, adianta Mário Passos, presidente da Câmara de Famalicão, notando que um dos “critérios” nesta OPA foi a “dispersão”.

“Não quisemos construir 200 habitações num sítio só e esse foi um critério e é o que vamos manter”, aponta o autarca.

Segundo Mário Passos, na segunda Oferta Pública de Aquisição, que será aprovada hoje, na reunião do executivo municipal, “além da dispersão” das habitações serão tidas em conta as freguesias que “tenham sofrido alguma depressão demográfica”. O intuito é construir nos locais que têm perdido população.

As habitações construídas através da Oferta Pública de Aquisição são financiadas pelo programa “1.º Direito”, que é executado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. ●



Câmara de Famalicão vai investir na habitação

Câmara da Mealhada quer obras, funcionários e viaturas

Só assim a autarquia aceita a transferência da área da saúde

COMPETÊNCIAS A Câmara da Mealhada aceita a transferência de competências na área da saúde, “desde que o Governo cumpra diversas condicionantes já negociadas” e que estão relacionadas “com obras, aumento de assistentes operacionais e entrega de viaturas para as equipas prestadoras de cuidados de saúde”, informou ontem a autarquia.

Segundo o município, as condicionantes estão relacionadas com o edificado, cabendo à administração central “assumir e financiar as obras necessárias, bem como respetivos projetos e fiscalização, que ultrapassem os dois milhões de euros, com obrigação de conclusão até 2026”. Dizem ainda respeito à “entrega de três viaturas elétricas, novas, equipadas para a prestação de cuidados de saúde”, bem como “a transferência de, no mínimo, 10 assistentes operacionais”.

EMPREITADAS

“Ao nível das obras, está prevista a recuperação do Centro de Saúde da Mealhada, a construção de um novo polo na Pampilhosa, a remodelação do polo do Luso e a construção de novo polo na Vacariça”, assegura o presidente da Câmara, António Jorge Franco.

O autarca afirma ainda que pretende que estas obras sejam inscritas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e “fiquem a custo zero para o município”. Além disso, “os valores a transferir deverão ser atualizados em função dos custos reais e não com base em anos anteriores”, conclui.

A decisão do executivo segue para aprovação da Assembleia Municipal, agendada para 20 deste mês. ●